



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Relatório de Audiência

**Dia:** 26 de Novembro de 2008

**Hora:** 10H10

**N.º 90/X-3.ª**

**ENTIDADE:** **Sindicato Nacional dos Farmacêuticos**, representado pelos dirigentes Henrique Reguengo, Maria Luís Queirós, Cristina Moreira e Helena Farinha.

**ASSUNTO:** **Preocupações com as reformas em curso, nomeadamente com as carreiras na função pública**

**Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa e Isabel Coutinho (PS) e Miguel Queiroz (PSD)**

Os requerentes da audiência, que fizeram entrega de documentação sustentando a sua pretensão, começaram por explicar que aquela audiência tinha sido solicitada aproximadamente há um ano à Presidente da Comissão de Saúde, que a tinha reencaminhado para a 11.ª Comissão. Informaram igualmente já terem apresentado idêntico pedido junto do Ministério da Saúde, ainda não concretizado até ao momento, o que os faz pensar serem o único grupo que ainda não foi recebido. Têm conhecimento de que a Ordem dos Farmacêuticos também não foi recebida.

Desconhecem o que irá suceder aos farmacêuticos dentro do Serviço Nacional de Saúde, grupo que é pouco expressivo numericamente, o que já não sucede em termos de diferenciação e de orçamento (o que se reflecte nas verbas da farmácia hospitalar e dos meios complementares de diagnóstico).

Adiantaram que estão preocupados com as reformas em curso, nomeadamente no caso das carreiras na função pública, até porque defendem há muito que os farmacêuticos deveriam deixar de estar integrados na carreira dos técnicos superiores de saúde e integrar uma carreira específica, o que permitiria potenciar os seus conhecimentos e diferenciação.

Prosseguiram dizendo que lhes parece muito preocupantes os rumores de que iria verificar-se a fusão da carreira de técnico superior de saúde com a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, acabando-se com o estágio actualmente exigível.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) lembrou que, antes da reforma que se operou nas



carreiras da administração pública, havia cerca de 1440 carreiras gerais, situação que foi alterada. Quanto às carreiras especiais, informou que a Assembleia da República não tem notícia da sua evolução mas supõe que esse processo será conduzido pelo Governo.

Agradeceu ainda a presença dos representantes do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e propôs que fosse sensibilizada a tutela para a necessidade de os seus representantes serem recebidos e pedidos esclarecimentos à **Ministra da Saúde e ao Secretário de Estado da Administração Pública** sobre a matéria exposta no presente relatório e na documentação anexa com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

**Palácio de São Bento, em 16 de Dezembro de 2008.**

**A DEPUTADA,**

**Maria José Gamboa**

Em anexo: documentação sobre “Carreira Farmacêutica: Fundamentação e Linhas de Orientação.”